Senhores Acionistas. Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Crefisa Seguros S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP acompanhadas das respectivas Notas Explicativas. A Administração considera que a Seguradora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro e intenção de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento. A Portaria SUSEP nº 7.177, de agosto de 2018, concedeu autorização para operar seguros de danos e pessoas em todo o território nacional. Até 31 de dezembro de 2021 não houve nenhuma comercialização de produtos de seguros, seja ramo vida ou danos. Atendendo ao disposto na Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, a Crefisa Seguros S.A. declara possuir capacidade financeira em honrar suas obrigações. Colocando-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos.

São Paulo, 31 de janeiro de 2022

Diretoria

Ativo Circulante	Nota explicativa	Nota	
		2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa		121	144
Caixa e bancos		121	144
Títulos e valores mobiliários		20.293	21.336
Letras financeiras do tesouro	4	6.454	—
Cotas de fundos de investimento	4	20.293	14.882
Títulos e créditos a receber		6	16
Créditos tributários e previdenciários	6	1	16
Despesas antecipadas		—	44
Ativo não circulante		1.432	5
Realizável a longo prazo		1.432	4.544
Títulos e valores mobiliários		1.376	—
Letras financeiras do tesouro	4	1.376	—
Títulos e créditos a receber		56	5
Depósitos judiciais e fiscais	7	56	5
Intangível		—	—
Outros intangíveis		—	—
Total do ativo		21.847	21.545

Notas explicativas às demonstrações contábeis - 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional: A Crefisa Seguros S.A. ("Seguradora") é uma sociedade anônima de capital fechado que tem por objeto social realizar operações de seguros de danos e pessoas em todo o território nacional conforme Portaria nº 7.177, publicada no Diário Oficial União de 20 de agosto de 2018, nos termos da legislação vigente, e demais normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), operando exclusivamente com a comercialização de seguros de danos e pessoas, com sede na Rua Canadá, nº 387, Jardim América, Capital, São Paulo. A Portaria SUSEP nº 7.177, de agosto de 2018, aprovou as seguintes deliberações: a) Alteração da denominação social para Barmério Seguros S.A.; b) Alteração do objeto social para seguros de danos e pessoas em todo o território nacional; e c) Reforma e consolidação do estatuto social. Ademais, a Portaria cancelou a autorização para operar planos de previdência complementar aberta, concedida a Barmério S.A. Previdência Privada, concedendo, assim autorização a Barmério Seguros S.A. para operar seguros de danos e pessoas em todo o território nacional. A Portaria SUSEP nº 193 de 5 de julho de 2019 aprovou as seguintes deliberações: a) Alteração da denominação social para Crefisa Seguros S.A.; e b) Reforma e consolidação do estatuto social. Vale destacar que até 31 de dezembro de 2021 não houve nenhuma comercialização de produtos de seguros, seja ramo vida ou danos. **2. Base para apresentação e elaboração das demonstrações contábeis - 2.1. Declaração de conformidade:** Em consonância à Circular SUSEP nº 517, de 2015, as demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações contábeis estão preparadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular e segundo os critérios de comparabilidade. **2.2. Comparabilidade:** As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas com informações comparativas de períodos anteriores, conforme disposições da Circular SUSEP nº 648/2021. **2.3. Base de elaboração:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, assim como análise dos demais riscos para determinação de outras provisões. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis, devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Administração revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em um período não superior a um ano. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 31 de janeiro de 2022. **2.4. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a sua moeda funcional. **2.5. Continuidade:** A Administração considera que a Seguradora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio. **3. Principais práticas contábeis:** As práticas a seguir descrevem as principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis: **3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor e vencimento que não afetam a vinculação com ativos garantidores. **3.2. Instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é classificado no momento do reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias: "Ao custo amortizado"; "Ao valor justo por meio do resultado"; "Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes". **3.2.1 Ativos financeiros:** A Circular SUSEP nº 517 estabelece que os ativos financeiros para cobertura técnica devem ser registrados a valor justo por meio do resultado. **a) Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado. Esses ativos são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período. **b) Empréstimos e recebíveis:** São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. A Seguradora não possui operações em empréstimos na data de encerramento das demonstrações contábeis. **c) Instrumentos financeiros não avisados:** A Seguradora não possui instrumentos financeiros derivativos na data de encerramento das demonstrações contábeis nem efetuou transações com instrumentos derivativos durante o período. **3.2.2 Passivos financeiros:** Compreendem, substancialmente, fornecedores, impostos e contribuições e outras contas a pagar que são reconhecidas inicialmente ao valor justo. **3.3. Provisões técnicas:** As provisões técnicas são calculadas com base nos planos de danos e pessoas; seus cálculos estão de acordo com as metodologias e premissas estabelecidas em notas técnicas atuariais conforme disposto pela SUSEP e com os critérios determinados pela Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações posteriores. Considerando que a Seguradora não possui dados suficientes para utilização de metodologia própria, a IBNR é calculada seguindo os dispositivos legais da Circular SUSEP nº 517/2015. Até este instante não houve nenhuma comercialização de produtos de seguros nos planos de danos e pessoas. **3.4. Contas a pagar:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **3.5. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido:** São calculados com base em leis e regras tributárias vigentes ou substancialmente vigentes na data de preparação do balanço patrimonial sendo para o imposto de renda corrente aplicado à alíquota base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$240 mil, e para a contribuição social à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. A medida provisória nº 1.234, de 1º de março de 2021, alterou a alíquota da CSLL das empresas supervisionadas pela SUSEP, para 20% até o dia 31 de dezembro de 2021 e 15% a partir de 1º de janeiro de 2022. **3.6. Ativos contingentes, provisões judiciais e obrigações legais (fiscais e previdenciárias):** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados da seguinte maneira: **a) Ativos contingentes:** não são reconhecidas nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciam a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos; **b) Provisões judiciais:** são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas ou reconhecidos contabilmente como provisões judiciais para a parcela que houver expectativa de saída de caixa e, aqueles classificados como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação. **c) Obrigações legais (fiscais e previdenciárias):** referem-se a demandas judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações contábeis e atualizados de acordo com a legislação vigente. **3.7. Apuração do resultado:** As receitas e despesas são registradas no período em que elas ocorrem de acordo com o princípio da competência. Para o produto de seguro comercializado pela Seguradora, o fato gerador da receita é a vigência do risco ou a emissão do certificado de que ocorrer primeiro. **4. Ativos financeiros (ao valor justo por meio do resultado):** a) Composição das aplicações financeiras, por categoria e faixa de vencimento, é apresentada da seguinte forma em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

31.12.2021	Até 180 dias		Acima de 180 dias		Valor contábil	Valor de mercado	%
	diária	250 dias	250 dias	mercado			
Fundo de investimentos	20.293	—	20.293	20.293	98%	—	—
Letras financeiras do tesouro - LFT	—	1.376	1.376	1.376	2%	—	—
Valor justo por meio do resultado	20.293	1.376	21.669	21.669	100%	—	—

31.12.2020	Até 180 dias		Acima de 180 dias		Valor contábil	Valor de mercado	%
	diária	250 dias	250 dias	mercado			
Fundo de investimentos	14.882	—	14.882	14.882	70%	—	—
Letras financeiras do tesouro - LFT	—	6.454	6.454	6.454	30%	—	—
Valor justo por meio do resultado	14.882	6.454	21.336	21.336	100%	—	—

b) Desempenho e taxas contratadas: A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade de Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). O desempenho global dos ativos financeiros em renda fixa, títulos públicos, títulos privados e cotas de fundos de investimentos, que compõem a carteira de aplicações está assim demonstrado:

	Taxas Contratadas	31/12/2021	31/12/2020
Cotas de fundos de investimentos	89,23% CDI	20.293	14.882
Letras financeiras do tesouro	100% SELIC	1.376	6.454
Total		21.669	21.336

c) Movimentação:

	Saldo em 31/12/2020	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Saldo em 31/12/2021
Cotas de fundos de investimentos	14.882	5.140	(473)	745	20.293
Letras financeiras do tesouro	6.454	1.325	(6.475)	71	1.376
Total	21.336	6.465	(6.948)	816	21.669

5. Ativos garantidores das provisões técnicas: Em 31 de dezembro de 2021, os seguintes ativos encontram-se vinculados à SUSEP em garantia das provisões técnicas, de acordo com as normas vigentes:

	31/12/2021	31/12/2020
Letras financeiras do tesouro	1.376	6.454

6. Títulos e créditos a receber:

	31/12/2021	31/12/2020
Créditos tributários e previdenciários		
Antecipação de imposto de renda	—	9
Antecipação de contribuição social	1	7
Total	1	16

7. Depósitos judiciais e fiscais - ativo circulante e não circulante: A Seguradora é parte em processos judiciais e administrativos em andamento, dentre os quais foram efetuados depósitos judiciais e/ou recursais que totalizam R\$56 em 31 de dezembro de 2021 (R\$5 em 31 de dezembro de 2020). **8. Provisões técnicas:**

a. IBNR: Somente a provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR) teve necessidade de constituição de fevereiro de 2019 até janeiro de 2020, em fevereiro de 2020 ocorreu a reversão dessa provisão, face às considerações relatadas na nota explicativa nº 1. Considerando que a Seguradora não possui dados suficientes para utilização de metodologia própria, a IBNR é calculada seguindo os dispositivos legais da Circular SUSEP nº 517/2015. Não houve nenhuma comercialização de produtos de seguros, seja ramo vida ou danos. **b. Desenvolvimento de sinistros:** O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões, partindo do ano em que o sinistro foi avisado. A Seguradora, no passado, operava exclusivamente com plano de peço individual estruturado no regime financeiro de repartição simples, na modalidade de benefício definido, ou seja, os valores de benefícios são conhecidos na data de aviso dos sinistros, não ocorrendo alterações de estimativas para seus respectivos pagamentos, e os prazos de liquidação dos mesmos são realizados em média no período de 30 dias a contar da data de comunicação à Administração.

Montante estimado para os sinistros

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
No ano do aviso	27	18	56	3	—	—	—	—	1	—	—
Estimativa dos sinistros na data-base	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Pagamento dos sinistros encerrados	(27)	(18)	(56)	(3)	—	—	—	—	(1)	—	—
Provisão de sinistros a liquidar (Administrativos)											

Leila Mejdalani Pereira - Diretora Presidente

José Roberto Lamacchia - Diretor Superintendente

Márcio Gomes Teixeira - Aluário - Registro MTB nº 1233 - MIBA

Edson Carmo Lopes - Contador - CRC 1 SP 214138/O-4

Os Acionistas e Administradores da Crefisa Seguros S.A. - São Paulo - SP Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Crefisa Seguros S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Crefisa Seguros S.A., em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade, em conformidade com tais normas, está descrita na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumpriamos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre as demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Considerando que a entidade encontra-se em fase pré-operacional, o principal assunto de auditoria foram as aplicações em títulos e valores mobiliários. Nossos procedimentos de auditoria incluíam, entre outros: (i) testes de efetividade de determinados controles relacionados aos saldos, cálculos e contabilizações dos componentes das carteiras. Ainda, existindo de posições mantidas tanto no início quanto ao fim do período; (ii) análise dos diversos atos societários para entender e comprovar a exatidão do saldo atual do patrimônio líquido da entidade; complementarmente, focamos no entendimento da situação operacional antiga e a atualmente autorizada. Baseados nos exames efetuados, consideramos os itens aqui descritos e demonstrados pela Administração, aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis como um todo. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrangente o Relatório de Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a do Relatório de Administração e, ao fazê-lo, consideramos as informações está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho

Crefisa Seguros S.A.

C.N.P.J. 50.662.436/0001-14

Relatório da Administração

9. Imposto de renda e contribuição social:

	31.12.2021	31.12.2020
Resultado antes dos impostos e participações (JCP)	298	(194)
Efeito das adições e exclusões	(85)	187
Efeito das compensações	(7)	—
Base de cálculo tributável (Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas de 25% e 20% em 2021 e 25% e 15% em 2020 respectivamente):	206	(7)
Imposto de renda e contribuição social devidos	69	—

10. Provisões judiciais: 10.1. Perdas prováveis: Processos trabalhistas: a Seguradora possui contingências originadas de processos judiciais de natureza trabalhista, no montante aproximado de R\$ 110. Na opinião dos assessores jurídicos das perspectivas de perdas são prováveis;

	Contingências cíveis	Contingências trabalhistas
Saldo em 31 de dezembro de 2019	6	—
Constituições	15	180
Atualização Processos	—	—
Reversões/Pagamentos	(6)	180
Saldo em 31 de dezembro de 2020	15	180
Constituições	—	110
Atualização Processos	—	—
Reversões/Pagamentos	(15)	(180)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	—	110
Quantidade de Processos	1	2

10.2. Perdas possíveis: Cível: a Seguradora possui contingências originadas de processos judiciais de natureza Cível, no montante aproximado de R\$185. Na opinião dos assessores jurídicos das perspectivas de perdas são possíveis. Trabalhista: a Seguradora possui contingências originadas de processos judiciais de natureza Trabalhista, no montante aproximado de R\$ 825. Na opinião dos assessores jurídicos das perspectivas de perdas são possíveis. **11. Patrimônio líquido: 11.1. Capital social:** O capital social subscrito foi totalmente integralizado, considerado o ato societário da assembleia geral extraordinária de 29 de maio de 2018. Está representado por 20.000.000 (vinte milhões) ações ordinárias nominativas, no valor de R\$1 (um real) cada ação. **11.2. Composição acionária e percentual de participação**

	91,194%
Capital social	20.000
Reserva de lucros	1.498
Lucros/Prejuízos acumulados	194
Total	21.492

11.3. Reservas de lucros: A reserva legal é constituída na forma prevista na legislação societária, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento de capital social. A reserva estatutária é constituída para assegurar à Seguradora margem operacional até o limite máximo do capital social, constituída à base do lucro líquido do exercício, após as deduções legais. **11.4. Demonstração do cálculo do patrimônio líquido ajustado e adequação de capital**

	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio líquido	21.533	21.304
(-) Despesas antecipadas não relacionadas a resseguro	—	(43)
Patrimônio líquido ajustado	21.533	21.261

Capital mínimo requerido: Nos termos da Resolução CNSP nº 321/2015, o capital mínimo requerido (CMR) para funcionamento é o capital total que a Seguradora deverá manter, a qualquer tempo, para operar, sendo equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco.

	31/12/2021	31/12/2020
Capital base (I)	8.100	15.000
Capital adicional baseado risco de crédito parcela 2	1.626	1.193
Capital adicional de risco de subscrição	—	—
Capital adicional de risco operacional	—	—
Efeito da correlação entre os riscos	—	—
Capital risco mercado	4.333	1.934
Capital risco total (II)	4.965	1.100
Capital mínimo requerido (CMR) = maior entre (I) e (II)	8.100	15.000
Suficiência (PLA - CMR)	13.433	6.261

12. Detalhamento das contas das demonstrações de resultado

	31.12.2021	31.12.2020
Despesas com benefícios	(221)	(196)
Variação da provisão sinistros ocorridos e não avisados	(182)	(174)
Taxas de fiscalização	(6)	(3)
Pis	(33)	(19)
Colfins	(270)	(400)
Despesas administrativas	(113)	(145)
Despesas com localização e funcionamento	(8)	(8)
Despesas com publicações	(39)	(44)
Despesas administrativas diversas	(110)	(203)
Resultado financeiro	730	392
Receita financeira	818	478
Juros sobre ativos financeiros	817	473
Receita com depósitos judiciais	1	5
Despesas financeiras	(88)	(86)
Despesas com custódia de títulos	(88)	(83)
Outras despesas financeiras	—	(3)
Ganhos com ativos não correntes	209	8
Outras receitas não correntes *	209	(1)

* 100,2% variações de receitas não correntes são referentes à reversão de provisão judicial trabalhista.

13. Teste de adequação dos passivos (TAP): Vale destacar que até este instante não houve nenhuma comercialização de produtos de seguros, seja ramo vida ou danos, portanto, não foi necessário realizar constituições de provisões técnicas. De acordo com as normas, com a ausência de seguros e a inexistência de provisões técnicas constituídas, concluímos pela inaplicabilidade do Teste de Adequação do Passivo para a data-base de 31.12.2021. Diante disso, podemos concluir que em razão da ausência de obrigações decorrentes dos contratos de seguros, torna-se evidente a inaplicabilidade do Teste de Adequação do Passivo e qualquer tipo de análise de sensibilidade. **14. Gerenciamento de riscos:** A Seguradora conta com estrutura de gestão de riscos, definida e aprovada pela Administração, que tem a responsabilidade de identificar, avaliar, controlar e monitorar os riscos de seguro/subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional. A gestão de riscos contempla os modelos definidos internamente pela Seguradora, as técnicas de acompanhamento de riscos, pessoal especializado subordinado hierarquicamente aos departamentos ligados aos componentes de gestão de riscos, a utilização de softwares específicos de monitoramento de riscos e sistemas de emissão de relatórios. O relatório é de frequência diária, mensal e anual, ou conforme requeridos e, ferramentas possibilitam simulação de cenários de estresse, o que permite à Seguradora identificar a qualquer instante, situações que podem se materializar em risco. O gerenciamento dos riscos é coordenado pela "Diretoria dos Controles Internos" em conjunto com a gerência de riscos e controles internos, produção, tesouraria, e os demais componentes - Controles Internos, análise de processos, auditoria interna e segurança da informação, com estrutura compatível as operações da Seguradora. **14.1. Risco de seguro/subscrição:** O risco de seguro é o risco transferido por qualquer contrato de seguro onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onte haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Dentro do risco de seguro, destaca-se também o risco de subscrição, que advém de uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da Seguradora no momento da elaboração de sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes, tanto na definição das premissas atuariais quanto na constituição das provisões técnicas e cálculos das contribuições. A Seguradora tem autorização em operar unicamente com seguro de pessoas e danos por meio dos seguintes planos: • Processo SUSEP 15414.901069/2018-03 (Vida Individual) aprovado em 18/10/2018; • Processo SUSEP 15414.620126/2021-43 (Prestamista Individual) aprovado em 09/08/2021. A gestão de risco de seguro e financeiro da Seguradora leva em consideração os níveis de persistência de custos atuais e futuros para o pagamento de benefícios, bem como as receitas de serviço cobradas dos participantes, para cobrir esses custos. A Seguradora avalia, constantemente, os respectivos níveis de persistência com base em experiência histórica, levando esse estudo em consideração por ocasião da aquisição de ativos financeiros, evitando, assim, potenciais efeitos adversos e mantendo níveis adequados de